

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.947 - RS (2019/0300520-7)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : EDUARDO AUGUSTO CORDEIRO BOLZAN**  
**ADVOGADO : EDUARDO AUGUSTO CORDEIRO BOLZAN - RS065873**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**PACIENTE : DANIEL SILVA CASCO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DANIEL SILVA CASCO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Depreende-se dos autos que paciente foi condenado, como incurso nas sanções do art. 12 da Lei n. 7.492/1986, à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, substituída por 2 restritivas de direitos.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva e determinou a imediata execução da pena (e-STJ fls. 38/48).

Daí o presente *writ*, no qual o impetrante defende, em síntese, a impossibilidade da execução provisória das penas restritivas de direitos. Ao final, requer, liminarmente, a suspensão da execução penal e, no mérito, "a concessão da ordem em termos amplos, para cassar a r. decisão que determinou o início da execução provisória da pena restritiva de direitos" (e-STJ fl. 9).

É o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

A nova orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal é a de possibilitar a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de

# Superior Tribunal de Justiça

apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário (HC n. 126.292/SP, relator Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe 17/5/2016).

Observe-se que, naquele julgamento, o STF deixou assentado que a execução de sentença penal condenatória confirmada por Tribunal de segundo grau de jurisdição *"não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal"*.

Essa orientação foi, em seguida, adotada pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, conforme evidencia a ementa a seguir transcrita:

**Pendente o trânsito em julgado do acórdão condenatório apenas pela interposição de recurso de natureza extraordinária, é possível a execução de pena.** Numa mudança vertiginosa de paradigma, o STF, no julgamento do HC 126.292-SP (Tribunal Pleno, DJe 17/5/2016), mudou sua orientação para permitir, sob o status de cumprimento provisório da pena, a expedição de mandado de prisão depois de exaurido o duplo grau de jurisdição. **Em verdade, pelas razões colhidas do voto condutor, o exaurimento da cognição de matéria fática é o balizador determinante a autorizar a execução provisória da pena.** Não se cogita, portanto, de prisão preventiva. Em outros termos, pendente o trânsito em julgado apenas pela interposição de recurso de natureza extraordinária, é possível iniciar-se o cumprimento da pena, sem ofensa ao direito fundamental inserto no art. 5º, LVII, da CF. Nesses moldes, é possível iniciar-se o cumprimento da pena, pendente o trânsito em julgado, porque eventual recurso de natureza extraordinária não é, em regra, dotado de efeito suspensivo.

(QO na APn 675/GO, relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 6/4/2016, DJe 26/4/2016, grifei)

No que tange às penas restritivas de direitos, no entanto, o entendimento é distinto, pois a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EREsp n. 1.619.087/SC, de relatoria do Ministro Jorge Mussi, publicado em 24/8/2017, firmou a orientação segundo a qual a execução das penas substitutivas somente poderia ocorrer quando transitada em julgado a condenação, em observância ao comando legal contido no art. 147 da Lei de Execução Penal, consoante se depreende do seu aresto abaixo colacionado:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL.  
PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR  
RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA.  
IMPOSSIBILIDADE. ART. 147 DA LEI DE EXECUÇÃO

# Superior Tribunal de Justiça

PENAL. PROIBIÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO STF. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela viabilidade da imediata execução da pena imposta ou confirmada pelos tribunais locais após esgotadas as respectivas jurisdições, não analisou tal possibilidade quanto às reprimendas restritivas de direitos.
2. **Considerando a ausência de manifestação expressa da Corte Suprema e o teor do art. 147 da LEP, não se afigura possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.**
3. Embargos de divergência rejeitados.

Na espécie, portanto, nem sequer há necessidade de se averiguar se houve ou não o exaurimento das instâncias ordinárias, porque se impõe, conforme fundamentação acima expendida, a suspensão da execução provisória das penas restritivas de direitos determinadas no acórdão da apelação.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para apenas suspender a execução provisória das sanções restritivas de direitos impostas ao paciente até o julgamento final do presente *writ*.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de origem, solicitando-lhe informações e ressaltando que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração, notadamente acerca de eventual trânsito em julgado da condenação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator